

METODOLOGIA PARA O DIAGNÓSTICO DAS DUNAS DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL - RS

Coordenador: NELSON LUIZ SAMBAQUI GRUBER

Autor: Rafael Mastracusa de Oliveira

A Constituição Federal de 1988 define a Zona Costeira como "patrimônio nacional", e especifica que sua utilização deve assegurar a preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), através do art. 10 da Lei 7.661/88, estabelece que o espaço compreendido por praias e dunas são áreas de preservação permanente, de uso comum do povo, sendo vetada a sua apropriação, ocupação e descaracterização. A base legal do PNGC foi ampliada por meio do Decreto Nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que a regulamenta e que estabelece critérios de gestão da orla marítima. Mesmo assim, os interesses econômicos e a pressão pelo uso e ocupação destas áreas geram conflitos com as suas funções ecológicas e sócio-culturais. A ocupação da Zona Costeira no Brasil vem se intensificando nas últimas décadas decorrente de três vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização, a industrialização e a exploração turística. Além desses vetores destacam-se também, as migrações intra-regionais, a reestruturação produtiva e as emancipações municipais com a inserção de novos contingentes populacionais, de usos e atividades nos municípios litorâneos. A contextualização desses processos é essencial para o entendimento da dinâmica sócio-espacial da zona costeira brasileira na atualidade. Em nível nacional, a urbanização advinda das atividades turísticas e de veraneio nas áreas litorâneas vem se caracterizando pela forte segregação sócio-espacial entre os setores residenciais da população sazonal e da população permanente. As localizações privilegiadas junto à orla são 8, destinadas aos veranistas e turistas, através de loteamentos para fins de segunda residência, hotéis e, mais recentemente, condomínios verticais e horizontais. O Rio Grande do Sul acompanhou a tendência nacional de urbanização de seu território. A configuração territorial do estado é produto das formações sócio-econômicas que se constituíram ao longo do tempo, caracterizadas pela diversidade cultural e pelas desigualdades regionais. A urbanização gaúcha está concentrada, principalmente, nas áreas de maior dinamismo econômico e demográfico como na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e nas aglomerações urbanas do Nordeste (polarizada por Caxias do Sul), do Sul (polarizada por Rio Grande e Pelotas) e do Litoral Norte (polarizada por Osório, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres). Nesse contexto, o Litoral Norte vem se

destacando como uma das regiões do estado que mais cresceu, em termos demográficos, no último período intercensitário (1991-2000), apresentando uma taxa média anual de 2,84%. Esse indicador é muito significativo ao se comparar com as taxas anuais do Estado (1,23%) e do Brasil (1,63%). Dos dez municípios que mais cresceram em termos populacionais no estado, sete estão nessa região: Balneário Pinhal, Cidreira, Arroio do Sal, Imbé, Capão da Canoa, Torres e Xangri-lá. O termo de cooperação celebrado entre a Prefeitura Municipal de Arroio do Sal e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Instituto de Geociências e do Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica (CECO), tem a finalidade de buscar soluções adequadas à degradação das dunas frente aos impactos de natureza física e antrópica. A metodologia para o Diagnóstico e Plano de Manejo visa descrever as atividades empreendidas até o momento pelo grupo de técnicos e especialistas do CECO, em especial, do Laboratório de Gerenciamento Costeiro, abordando problemáticas já conhecidas pelo mundo frente às questões de erosão costeira relacionadas à ocupação desordenada dos espaços litorâneos e ocasionando na intensificação das interações de fatores naturais diante da sociedade. O objetivo principal do projeto foca na elaboração de um diagnóstico, propondo uma classificação da orla do município de Arroio do Sal, elegendo-se áreas prioritárias ao manejo e à preservação dos campos de dunas interiores e frontais relacionando os processos urbanos e sociais com a vulnerabilidade das praias e seus recursos naturais. Em uma segunda etapa, pretende-se indicar estratégias e técnicas de manejo de dunas a serem utilizadas na orientação para a melhoria dos acessos à praia. Para tanto, a metodologia do projeto prevê caracterizações e mapeamentos das fases de desenvolvimento do município de Arroio do Sal junto à sua configuração urbana atual, identificação, caracterização e mapeamento dos perfis de praias em 26 segmentos transversais à orla como forma de monitoramento da morfodinâmica dos campos de dunas e da praia, a identificação e o mapeamento dos sistemas de drenagem junto à orla destacando-se os canais pluviais e os sangradouros presentes, a identificação e o mapeamento dos acessos à praia de pedestres e veículos, a identificação e o mapeamento da cobertura vegetal e presença de resíduos sólidos sobre as dunas, e finalmente a identificação, o mapeamento e a classificação de índices de vulnerabilidade das dunas por setores da orla. Frente às situações atuais de organização e gestão dos espaços litorâneos, o projeto é voltado a transparecer os principais problemas presentes na orla do município de forma a orientar claramente os gestores públicos, proporcionando melhorias na organização do espaço urbano e preservação dos recursos naturais. Pretende-se apresentar o trabalho diretamente a grupos técnicos de trabalhos administrativos de gestão pública sendo composto

de linguagem técnica e operacional, não sendo muito favorável à apresentação ao público em geral.